

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-778-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.786211312>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Investigação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

THE COMPLEXITY (WITH)IN CREATIVITY: FINDING NEW PATHS FOR EDUCATION

Andreia Valqueresma

Joaquim Luís Coimbra


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113121>

CAPÍTULO 2..... 10

EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA COM PROJETOS: ESTUDO DE CASO EM ETECs DO LITORAL SUL DE SÃO PAULO (BAIXADA SANTISTA)

Marluce Gavião Sacramento Dias

Islanne Ariel Marinho Rufino


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113122>

CAPÍTULO 3..... 16

DA INSTITUIÇÃO AO ARTIGO: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS SOB O MOTE DA AVALIAÇÃO

Eduardo Francisco Fernandes

Andressa Sasaki Vasques Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113123>

CAPÍTULO 4..... 32

O ENSINO REMOTO NA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS EM CORUMBÁ/MS, NA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA


Geruza Soares de Souza Papa Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113124>

CAPÍTULO 5..... 40

CULTURA ORGANIZACIONAL, MOTOR PARA EL CAMBIO SOCIAL DESDE LAS BIBLIOTECAS NORMALISTAS EN MÉXICO

José Miguel Valdez López

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113125>

CAPÍTULO 6..... 50

AS POTENCIALIDADES RADIOFÔNICAS DA IMERSÃO NARRATIVA E TECNOLÓGICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Caio Túlio Olímpio Pereira da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113126>

CAPÍTULO 7..... 55

BRINQUEDOTECA VIRTUAL: LUDICIDADE E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE NOVOS PEDAGOGOS

Francisco Soares Cavalcante Neto

Juliana Regueira Basto Diniz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113127>

CAPÍTULO 8..... 63

DIFERENTES SENTIDOS QUE A FALA E A ESCUTA REVELAM EM SALA DE AULA

Merielen Cunha

Filomena Elaine de Paiva Assolini


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113128>

CAPÍTULO 9..... 73

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Islene da Silva Vieira

Mariangela Lima de Almeida


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7862113129>

CAPÍTULO 10..... 84

JINDIE: UMA LINHA DE PRODUTO DE SOFTWARE PARA JOGOS EDUCATIVOS COM FOCO NO CONSTRUCIONISMO

Carlos Alberto Correia Lessa Filho

Arturo Hernández-Domínguez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131210>

CAPÍTULO 11..... 96

A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A AÇÃO DA ESCOLA E A NECESSIDADE DE UMA FORMAÇÃO CRÍTICA DO CIDADÃO

Lindomar Pereira de Souza

Jacqueline Silva da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131211>

CAPÍTULO 12..... 111

O PROFESSOR, A ÉTICA E SUAS COMPETÊNCIAS


Tatiana Goduto Nobre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131212>

CAPÍTULO 13..... 123

PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES: MISSÃO PROTESTANTE: EXTENSÃO AGRÍCOLA E O IMAGINÁRIO DA EAL (1908-1936)

José Normando Gonçalves Meira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131213>

CAPÍTULO 14..... 141

ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS, INICIATIVAS PARADIGMÁTICAS E CONTEXTOS SIGNIFICATIVOS SOBRE A INFÂNCIA E AS CRIANÇAS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO E ÀS ARTES

Radamés Alves Rocha da Silva


Maria Christina de Souza Lima Rizzi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131214>

CAPÍTULO 15..... 156

DESAFIOS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL FRENTE A EVASÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA


Simone Aparecida de Lira
Eliege Alves Marinho
Marli Costa da Silva
Marcia Sueli Ferreira Silva
Layla Cristina dos Santos
Janaina Lúcia da Silva
Matheus Felipe Medeiros de Lira
Maria Luiza Ferreira Imburana da Silva
Severina Maria de Oliveira Aragão
Cicera Maria do Carmo da Silva Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131215>

CAPÍTULO 16..... 167

DIREITO À EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA


Susana Aparecida Alves Cius

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131216>

CAPÍTULO 17..... 179

O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A META 1 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)


Gisele Coelho de Oliveira
Sonia de Oliveira Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131217>

CAPÍTULO 18..... 189

REVISÃO SISTEMÁTICA DE ARTIGOS SOBRE LETRAMENTO INFANTIL

Edilaine Monteiro de Santana
Rosângela Lopes Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131218>

CAPÍTULO 19..... 202

SOBRE OS EIXOS TRANSVERSAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA: UM ESTUDO PRELIMINAR

Leticia Renata Hilgemberg
Oscar Edgardo N. Escobar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.78621131219>

SOBRE OS ORGANIZADORES 213

ÍNDICE REMISSIVO..... 214

O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E A META 1 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 30/08/2021

Gisele Coelho de Oliveira

Universidade Federal Fluminense
Niterói - RJ
<http://lattes.cnpq.br/2832957346446977>

Sonia de Oliveira Martins

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ
<http://lattes.cnpq.br/4429730615857964>

RESUMO: O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE/14) é uma Lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 26/06/2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal de 1988. O PNE/14 estabelece diretrizes, metas e estratégias no campo da Educação que, para concretização, exigiu que estados e municípios reformulassem os Planos Estaduais e Municipais de Educação, a fim de ficarem em consonância com o PNE/14. São muitas as dificuldades apontadas para o cumprimento das metas, ao déficit de vagas e a busca pela qualidade no atendimento, soma-se o desafio de levantar dados mais precisos, que permitam planejar melhor a expansão do acesso proposto. A meta 1 trata sobre a Educação Infantil. Lograr êxito no cumprimento desta meta exigirá grande esforço do poder público, dadas as especificidades do atendimento às crianças nesta etapa da educação. Este artigo tem como objetivo principal analisar os indicadores da meta 1 do PNE/14 no que se refere ao número

de matrículas na Educação Infantil até 2019. Apontamos os dados quantitativos referentes ao acesso à Educação Infantil no Brasil entre 2014-2019, a partir de análise dos dados sobre o acesso à Educação Infantil, apontando a evolução da taxa de matrículas. Apresentamos as estratégias definidas na meta 1 do PNE/14, destacando sua importância para o cumprimento desta meta. Os dados quantitativos utilizados nesta análise foram obtidos nos sites do Censo Escolar, IBGE e Observatório do PNE.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Plano Nacional de Educação; Meta 1.

ACCESS TO EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN BRAZIL AND MARK 1 OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN (2014-2024)

ABSTRACT: The 2014-2024 National Education Plan (PNE/14) is an ordinary law effective for ten years as of 06/26/2014, provided for in article 214 of the Federal Constitution of 1988. The PNE/14 establishes guidelines, marks and Strategies in the field of Education that, in order to materialize, required states and municipalities to reformulate the State and Municipal Education Plans, in order to be in line with the PNE/14. There are many difficulties in meeting the marks, the shortage of vacancies and the search for quality in care, in addition to the challenge of raising more accurate data, which allow for better planning of the expansion of the proposed access. Mark 1 deals with Early Childhood Education. Achieving success in meeting this mark will require a great effort from the government, given the specificities of attending to children at this stage of education.

This article has as main objective to analyze the indicators of mark 1 of the PNE/14 regarding the number of enrollments in Early Childhood Education until 2019. We point out the quantitative data regarding access to Early Childhood Education in Brazil between 2014-2019, from analysis of data on access to Early Childhood Education, pointing out the evolution of the enrollment rate. We present the strategies defined in mark 1 of the PNE/14, highlighting their importance for achieving this goal. The quantitative data used in this analysis were obtained from the websites of the School Census, IBGE and PNE Observatory.

KEYWORDS: Child education; National Education Plan; Mark 1.

1 | INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE/14), Lei n. 13.005/2014 é uma Lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 26/06/2014, prevista no artigo 214 da Constituição Federal de 1988. O PNE/14 estabelece diretrizes, metas e estratégias no campo da Educação que, para concretização, exigiu que estados e municípios reformulassem os Planos Estaduais e Municipais de Educação, a fim de ficarem em consonância com o PNE/14.

O PNE/14 é composto por metas estruturantes para a garantia do direito à Educação Básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, a universalização do ensino obrigatório, e a ampliação das oportunidades educacionais. Destacaremos a meta 1, que indica “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.”

Podemos perceber que o ano limite para a universalização da pré-escola foi 2016. Os dados do Censo Escolar apontam, porém, que esta meta ainda não foi atingida até o ano de 2019.

Além disso, o acesso às creches deveria estar em um ritmo melhor de expansão para que a meta de atendimento de crianças de até 3 anos seja atingida até 2024. Na etapa da creche, historicamente o déficit de vagas é mais significativo. O PNE de 2001-2010 já estabelecia como meta o atendimento de 50% em creches até 2005, o que foi descumprido e agora postergado para o final da vigência do plano atual.

Além disso, o acesso à Educação Infantil proposto no PNE/14 não se restringe ao atendimento, podemos observar nas estratégias propostas um olhar especial para a qualidade do atendimento educacional. Com 37% das crianças de 0 a 3 anos atendidas em 2019, a meta ainda parece distante para ser cumprida até 2024. Os desafios impostos pelos cortes orçamentários e as desigualdades regionais são marcantes, o que torna o seu cumprimento, neste curto espaço de tempo, um desafio para os governos.

Ao déficit de vagas e a busca pela qualidade no atendimento, soma-se o desafio de levantar dados mais precisos, que permitam planejar melhor a expansão do acesso proposto. Diante do exposto, observamos que lograr êxito no cumprimento da meta 1

exigirá um grande esforço do poder público, dadas as especificidades do atendimento às crianças nesta etapa da educação. Este artigo tem como objetivo principal analisar os indicadores da meta 1 do PNE/14 no que se refere ao número de matrículas na Educação Infantil. Apontamos os dados quantitativos referentes ao acesso à Educação Infantil no Brasil entre 2014-2019, a partir de análise dos dados sobre o acesso à Educação Infantil, apontando a evolução da taxa de matrículas. Apresentamos as estratégias definidas na meta 1 do PNE/14, destacando sua importância para o cumprimento desta meta.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, os direitos fundamentais das crianças de 0 a 5 anos precisam ser garantidos e respeitados. Apesar dos esforços e avanços no campo da legislação, a universalização da Educação Infantil ainda não foi atingida. As políticas públicas caminham no sentido de garantir acesso e permanência das crianças nessa faixa etária à uma educação de qualidade.

No Brasil, os avanços no campo da Educação Infantil foram impulsionados pelas conquistas legais, cujo marco inicial foi a Constituição Federal de 1988 (CF/88), no artigo 208, IV, determina que a Educação Infantil em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade, deve ser garantida pelo Estado. O artigo 211 prevê que os municípios devem atuar prioritariamente na educação infantil. Através da CF/88 é garantida também “a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL, 1988, art. 7, inciso XXV). Além disso, trata também do acesso e da permanência na Educação Básica.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, representou um importante dispositivo para reforçar e garantir a necessidade dos direitos sociais das crianças, inclusive das crianças pequenas. Entretanto, foi a partir de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996) que ocorreu um amplo processo de mudanças nas relacionadas à Educação Infantil, dentre as quais se destaca o processo de inserção das creches e pré-escolas no sistema de educação.

As creches e pré-escolas passaram a ser consideradas como a primeira etapa da Educação Básica e, conforme disposições de Artigo 29 da LDB/96, “têm como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

Os avanços na legislação dirigem-se para a conquista da igualdade das crianças pequenas e o reconhecimento de suas diferenças: A educação da criança é um direito – não social, mas um direito humano. A educação da criança pequena é um direito social porque significa uma das estratégias de ação (ao lado do direito à saúde e à assistência)

no sentido de combater a desigualdade, e é direito humano porque representa uma contribuição, dentre outras, em contextos de violenta socialização urbana como os nossos, que se configura como essencial para que seja possível assegurar uma vida digna a todas as crianças (KRAMER; BASÍLIO, 2008, p.56).

Com as homologações da Constituição Federal/88, do ECA/90 e da LDB/96, o Estado brasileiro instituiu novas políticas voltadas à infância, dividindo com sociedade e família a responsabilidade da guarda, saúde, educação e proteção dos direitos da criança. O arcabouço jurídico, juntamente com as pesquisas na área de Educação Infantil, desenvolvidas nas três últimas décadas, influenciaram contundentemente o delineamento das políticas públicas para a educação da primeira infância no Brasil.

A nova realidade trouxe responsabilidade direta aos municípios que envolve por exemplo, oferta de espaços adequados ao desenvolvimento infantil. A construção de novas Unidades de Educação Infantil, o aumento na oferta de vagas e a expansão desta etapa foram os grandes eixos perseguidos pela política pública nos últimos vinte anos, inspirados na legislação atual e na pressão popular em favor da ampliação do atendimento. No entanto, a Educação Infantil ainda não foi universalizada.

3 I O DESAFIO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A área de Educação Infantil vive um momento intenso de revisão de práticas e produção de conhecimentos que buscam efetivar os avanços advindos do campo jurídico e da contribuição das diferentes áreas de conhecimento sobre a criança pequena. Nas pesquisas e artigos científicos, predominam proposições que versam sobre a necessidade de se garantir a especificidade da Educação Infantil, por meio da constituição de uma Pedagogia das Infâncias, que, longe de aumentar a fragmentação já existente em nosso sistema educacional, busca dar ênfase às particularidades do trabalho pedagógico com crianças pequenas e muito pequenas em instituições educacionais. Segundo Rosemberg a concepção de infância dotada de direitos é o “marco principal de toda mudança legal conquistada ao longo do tempo” (2008, p. 74). A autora ainda afirma que,

[...] o século XX, principalmente no seu final, trouxe novidades: a tendência à extensão progressiva da educação em contexto institucional antes da escolaridade compulsória para todos os segmentos sociais e a concepção de que ela constitui um bem, uma conquista, um direito da criança, mesmo no caso da creche que, tradicionalmente, era tida como instituição destinada exclusivamente para o filho da mãe trabalhadora pobre. (s/d, p. 01)

No que se refere à educação da criança pequena, os avanços na legislação brasileira foram impulsionados especialmente pelo envolvimento de profissionais, pesquisadores e militantes da Educação Infantil que contribuíram para construir novos conhecimentos que subsidiam a construção de uma política pública ancorada no respeito aos direitos fundamentais das crianças.

A definição da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica – prevista na LDB/96, integrando o cuidado e a educação, numa ação compartilhada com a família, revela sua função socializadora. Nesse sentido, Haddad (2002) afirma que o que pode realmente contribuir para um avanço na Educação Infantil é o reconhecimento de seu caráter multifuncional, integrando suas funções sociais e educacionais, com a finalidade de garantir o desenvolvimento da criança em sua integralidade, por meio da promoção de um ambiente que proporcione segurança, bem-estar e estimule a brincadeira, a interação e o convívio prazeroso entre crianças e adultos.

Vemos que, com relação à meta 1, a dificuldade identificada pelos órgãos e instituições que se dedicaram a avaliar a evolução do seu cumprimento, foi o aporte mínimo de recursos com destino à expansão das vagas de creche e pré-escola e todos os custos que advêm dessa expansão ou reorganização da rede de Educação Infantil, como a contratação de pessoal e os custos de manutenção de novas unidades escolares, a título de exemplo. As dotações orçamentárias destinadas ao custeio da Educação Infantil, rubrica orçamentária em que se inserem os custos de ampliação da rede, são insuficientes até mesmo para a manutenção da rede já existente, quiçá para sua ampliação. Numa análise geral das peças orçamentárias no que tange às despesas com educação, o que vemos são dotações orçamentárias que ainda não refletem os gastos mínimos necessários para implantação gradativa das metas do PNE ou mesmo dos seus próprios Planos Municipais de Educação. Ou seja, demonstram ausência de planejamento e alocação de recursos financeiros no orçamento de modo a atender as exigências do PNE.

4 | O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO PNE/14

Na faixa etária adequada à creche (0 até 3 anos de idade), o atendimento escolar no Brasil era de 29,6% em 2014 e aumentou para 37,0% em 2019, indicando que há um substancial espaço para ampliação da oferta. O Plano Nacional de Educação de 2014 propõe que, no seu horizonte, o atendimento chegue a 50% dessa população, o que representa uma necessária ampliação de matrículas até 2024.

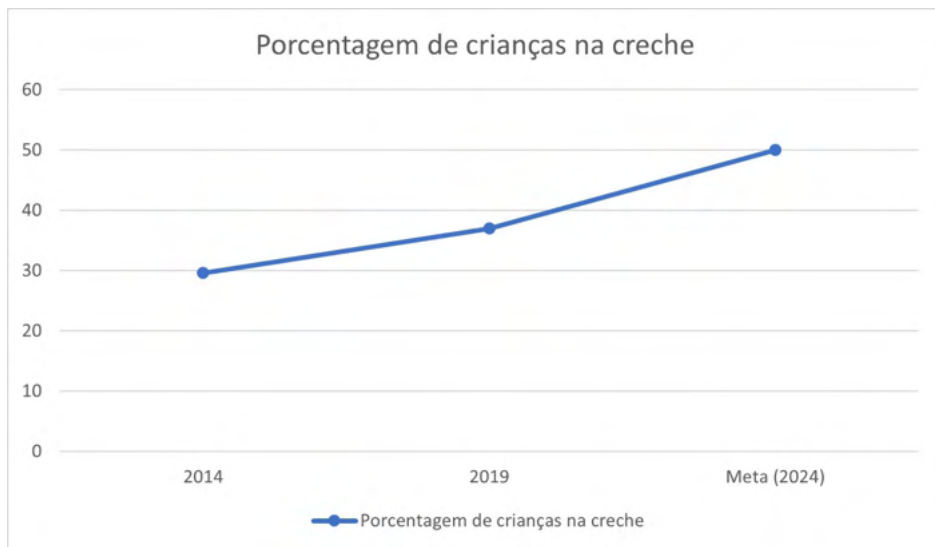


Gráfico 1 – Porcentagem de crianças na creche

No gráfico 1 podemos perceber o longo caminho que precisa ser traçado para que se atinja 50% de atendimento em creches em 2024.

Na faixa etária adequada à pré-escola (4 e 5 anos), o atendimento escolar era de 89,1 % em 2014 e de 94,1% em 2019. De acordo com o objetivo da meta 1, 100% das crianças deveriam estar na pré-escola em 2016.



Gráfico 2 – Porcentagem de crianças na pré-escola

As matrículas na pré-escola eram 4,9 milhões em 2014 e esse quantitativo aumentou para 5,0 milhões em 2019. Ou seja, 94,1% das crianças estavam na pré-escola, o que significa que, mesmo 3 anos após o prazo limite para o cumprimento deste objetivo da meta 1, o mesmo não havia sido alcançado.

O Plano Nacional de Educação/14, em sintonia com a Constituição Federal/88, propõe a universalização do atendimento escolar na faixa etária de 4 a 5 anos.

5 I MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Verifica-se no Gráfico 3 em crescimento das matrículas na Educação Infantil nos últimos anos. O número de matrículas na Educação Infantil em 2016 era de 8.279.104 e em 2019 esse número aumentou para 8.829.795 matrículas. Destes, aproximadamente 6,5 milhões estão matriculados na Rede pública e 2, 3 milhões estão na Rede privada de ensino.

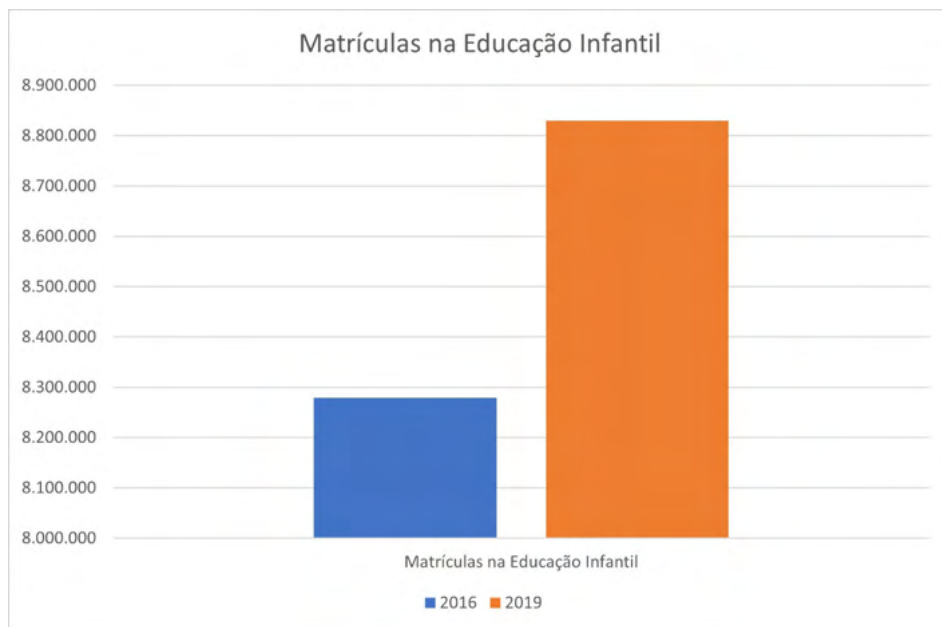


Gráfico 3 – Matrículas na Educação Infantil

No gráfico 3, é possível observar que para alcançar a meta de acesso à Creche, a expansão do número de matrículas deve acelerar-se para ser cumprida.

Através de uma projeção populacional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verifica-se a necessidade de abertura, até 2024, de cerca de 1,9 milhão de vagas na Educação Infantil. Esse número equivale à construção de aproximadamente 28 mil unidades escolares, tendo como referência a média de matrículas por escola na

6 I ESTRATÉGIAS DA META 1 DO PNE/14

Para o cumprimento da meta 1 do PNE/14, é de extrema importância o monitoramento e acompanhamento das estratégias. São elas que viabilizarão os caminhos para alcançar os objetivos propostos nesta meta. As estratégias da meta 1, se cumpridas, devem, portanto, proporcionar a ampliação do atendimento, a redução das disparidades no acesso e aprimorar as condições de oferta da Educação Infantil no país. Elas são nesse sentido, um importante método para atingir os objetivos propostos pela meta.

Podemos entender que o PNE é um elemento importante para a garantia da liberdade substantiva, ou seja, para a valorização do lugar de agente do sujeito, “[...] como membro público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas” (SEN, 2010, p. 34). Contudo, o documento, por si só, não é capaz de garantir tal condição e outras ações sociais e políticas são necessárias. Nesse caso, destacamos ações de monitoramento da efetivação do que define o PNE.

Ao se identificar e planejar o atendimento à demanda manifesta, ao se realizar a busca ativa das crianças na idade correspondente, ao se prever a redução das disparidades no acesso, ao se fomentar o atendimento, garantindo-se as especificidades e necessidades da população do campo, comunidades indígenas e quilombolas, e ao se priorizar o atendimento educacional especializado, a realidade seguramente exigirá o desenho de políticas públicas que venham a ultrapassar, ao final da década, o tímido objetivo mínimo de 50% de atendimento previsto para creche e a universalização da pré-escola na meta em questão.

Entre outras estratégias da meta 1, não menos importantes, encontram-se combater às desigualdades, fortalecer do regime de colaboração, promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil, estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da Educação, estimular o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 a 5 anos e monitorar o acesso e a permanência das crianças na Educação Infantil.

No desenho dos planos estaduais e municipais de educação é esperado que a busca ativa, e o levantamento e publicação da demanda manifesta, venham a exigir o estabelecimento de objetivos superiores de ampliação do acesso, o que é plenamente compatível com a Lei nº 13.005/2014, já que esta estabelece objetivo mínimo. Vale lembrar que essas estratégias buscam viabilizar o direito à Educação Infantil, já previsto na Constituição Federal de 1988. Essa é uma prerrogativa subjetiva indisponível que não se esgota na projeção de realização da meta e de seu objetivo mínimo, ou seja, o PNE/14 deve ser lido, compreendido e implementado em diálogo e consonância com as demais normas do sistema jurídico brasileiro.

Sendo então a Educação Infantil (e o atendimento das crianças menores de 5 anos) um direito da criança e da família e um dever do Estado, deve-se garantir o atendimento de toda a demanda manifesta das crianças por todos os estados e municípios brasileiros, com a colaboração da União. A meta de 50% de crianças de 0 a 3 anos matriculadas ao final da vigência do atual PNE é, portanto, um indicativo de aproximação do cumprimento do que dispõe a Constituição Federal/88.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo PNE/14 trouxe desafios para as políticas públicas voltadas à consolidação dos direitos da população infantil de 0 a 5 anos e a Educação Infantil. Como já pontuado, a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), trouxe um conjunto de desafios para as políticas públicas voltadas à efetivação do direito à Educação Infantil, bem como para sua ampliação e manutenção.

Embora os números evidenciem os desafios educacionais para com as crianças pequenas, incluí-las somente do ponto de vista a garantir apenas o acesso, é insuficiente. À ampliação do quantitativo de instituições de Educação Infantil deve seguir políticas públicas que fomentem a qualidade nesta etapa da educação básica, o que torna o cenário ainda mais complexo.

Por fim, vale frisar que a efetivação do direito à Educação Infantil das crianças de 0 a 5 anos depende do planejamento e execução de políticas que garantam o acesso, mas que também assegurem a qualidade das estruturas físicas, a valorização dos profissionais e a adequada razão adulto-criança para possibilitar uma mediação que favoreça o desenvolvimento das crianças. Igualmente, são necessários currículos e processos de avaliação alinhados às definições presentes na LDB (Lei 9.394/1996) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Estudos para análise desses aspectos no processo de expansão do acesso à educação infantil são necessários, uma vez que a expansão em condições de qualidade exige um grande esforço por parte do poder público tanto para garantir recursos financeiros indispensáveis quanto no desenvolvimento e uso da capacidade administrativa e pedagógica das secretarias de educação. Além disso, demandam mobilização dos movimentos sociais e da sociedade na reivindicação dos direitos e controle social das ações do Estado.

Os direitos das crianças pequenas incluem a qualificação do ambiente educacional, seja do ponto de vista do próprio espaço, da oferta de professores qualificados, alimentação, saúde, lazer, transporte e outras dimensões, sempre em diálogo com o desenvolvimento integral desses indivíduos. Essas questões vão para além da meta 1 do PNE/14 e perpassam toda discussão sobre o Plano e sobre a proposta de educação almejada pelo país. Esperamos que esta pesquisa auxilie a esclarecer dados referentes ao acesso à Educação Infantil e aponte as dificuldades e possibilidades que surgiram em função do

atual Plano Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de Monitoramento do 2º ciclo das Metas do Plano Nacional de Educação - 2018**, Brasília: Inep, 2018.

HADDAD, Lenira. Substituir ou compartilhar? O papel das instituições de educação infantil no contexto da sociedade contemporânea. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (org). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002. p.91-96.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade**: 2015. Rio de Janeiro:

KRAMER, Sonia; BAZILIO, Luiz Cavallieri. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Do embate para o debate; educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, M. L. A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 63-78.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade** Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 160, 161, 165, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 213

Alfabetização científica e tecnológica 96, 97, 99, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 109

Análise de discurso 63, 65, 72

Aprendizado significativo 10

Arte/educação 141, 142

B

Biblioteca 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 148, 156, 158, 174

Brinquedoteca virtual 55, 56, 57, 59, 60, 61

C

Competência 12, 39, 58, 62, 80, 111, 113, 114, 115, 116, 137, 139, 169, 173, 190, 211

Complexity 1, 3, 4, 5, 6, 84, 95

Construcionismo 84, 85, 86, 95

Creativity 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Criança 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 58, 68, 71, 85, 101, 109, 114, 121, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 172, 173, 174, 176, 181, 182, 183, 187, 188

Cultura de paz 40

Cultura digital 50

Cultura organizacional 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48

Curso de Pedagogia 57, 58, 60, 61, 202, 203, 212

D

Direito à educação 74, 76, 167, 168, 171, 174, 177, 178

E

Educação 1, 2, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 93, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 120, 121, 123, 134, 137, 140, 141, 142, 147, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213

Educação infantil 33, 34, 61, 68, 142, 147, 155, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182,

183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 195, 199, 200

Educación 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48

Education 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 16, 30, 40, 50, 63, 64, 73, 74, 95, 97, 112, 123, 141, 142, 157, 167, 168, 179, 180, 189, 190, 192, 202

Eixos transversais 202

Ensino agrícola 123, 129, 139

Ensino da EJA 157, 160, 162

Ensino de Ciências 96, 98, 101, 106, 110, 195

Ensino remoto 32, 33, 34, 35, 174, 176, 177

Escuta 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 79, 80, 98, 108, 148, 150, 151, 154

Evasão escolar 156, 157, 158, 162, 164, 166

Extensão agrícola 123, 125, 129, 134

F

Formação 7, 10, 12, 15, 20, 22, 23, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 53, 55, 59, 60, 61, 62, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 121, 122, 125, 126, 140, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 186, 189, 191, 193, 199, 200, 202, 203, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213

Formação continuada 38, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 100, 101, 110, 121, 157, 189, 193, 199, 200

Formação crítica 96, 109, 160, 191

Formação de professor/a 32

G

Gestão em educação especial 73, 82

Gestão universitária 16, 17, 18, 31

Graduação 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 63, 81, 96, 106, 123, 140, 141, 142, 177, 186, 189, 213

I

Imersão 50, 51, 53

Infância 34, 39, 133, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 154, 155, 182, 188, 200

Innovación 40, 47

J

Jogos educativos 84, 85, 86, 95

L

Letramento 32, 37, 71, 110, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 213

Lifespan perspective 1

Língua estrangeira moderna 10, 12

Linha de produto de software 84, 85, 86, 87, 88, 94

M

Meta 1 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Missão protestante 123

P

Pandemia 32, 33, 37, 167, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 212

Pedagogia 23, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 71, 96, 114, 120, 122, 148, 182, 189, 194, 198, 200, 202, 203, 205, 211, 212

Pesquisa-ação colaborativo- crítica 73

Plano nacional de educação 160, 179, 180, 183, 185, 187, 188, 197

Política educacional 18, 19, 104, 167, 168, 169, 177, 178

Política nacional de alfabetização 32

Pós-graduação 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 63, 81, 106, 123, 140, 141, 142, 177, 186, 213

Práticas pedagógicas 10, 32, 33, 37, 39, 193, 194, 204, 209, 210, 211

Processo de avaliação 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31

Professor 10, 11, 13, 15, 32, 34, 35, 38, 52, 55, 57, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 80, 85, 91, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 132, 152, 158, 163, 165, 202, 210, 213

Projetos culturais 10

R

Rádio 50, 51, 52, 53, 160

Revisão sistemática da literatura 189, 192, 200

S

Sociocognitive development 1, 4

T

Tecnologia educacional 50, 56, 122

U

Uncertainty 1, 2, 3, 6, 7

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

3

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

